



# POLÍTICA AGROPECUÁRIA

**Amaury Stabile**

*Ministro de Estado da Agricultura*

O crescimento da população mundial atinge níveis de grande expressão e exige um esforço maior na produção e oferta de alimentos, inclusive como fator de segurança nacional. Calcula-se que 180 mil pessoas são agregadas, diariamente, ao contingente populacional da Terra. Em 1830, o planeta atingia a modesta casa do primeiro bilhão de habitantes.

100 anos depois, chegou-se ao 2.º bilhão. Transcorridos 30 anos passou-se a 3 bilhões e somente 15 anos depois, atingiu-se a 4 bilhões de pessoas. A persistir tal tendência de crescimento acelerado, em 1986 seremos 5 bilhões de pessoas, a exigir alimento. Dados da Organização das Nações Unidas, por outro lado, indicam a existência de 450 milhões de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento, onde anualmente morrem 15 milhões de pessoas por doenças causadas ou agravadas pela má qualidade da alimentação ou efetiva escassez de comida.

É dentro deste contexto que se situa a opção do Governo brasileiro, dando prioridade ao desenvolvimento da atividade rural como instrumento de promoção social, de melhoria da qualidade de vida de nossa população e resposta aos 3 grandes desafios que nosso país enfrenta na atualidade:

1 — O desafio de conter o aumento nos preços dos alimentos, para permitir a elevação da renda real de nosso trabalhador e colaborar na contenção do atual processo inflacionário.

2 — O desafio de contribuir para o equilíbrio de nossa balança comercial, gerando excedentes exportáveis com que esperamos emprestar algum apoio à elevação da oferta mundial de alimentos, num quadro de preocupante escassez.

3 — O desafio de ajudar no desenvolvimento de fontes alternativas e renováveis de energia, a fim de permitir a auto-suficiência nacional em setor tão estratégico.



A decisão do Presidente João Figueiredo, de manter o desenvolvimento nacional a partir de uma aceleração no crescimento do setor rural, por outro lado, guarda estrita coerência com as transformações econômicas e sociais verificadas em nosso país nos últimos 30 anos.

Ainda em 1950, fazendo uma breve digressão histórica, nós tínhamos no Brasil uma nação essencialmente agrícola, com 64% de sua população alojada no meio rural. E boa parte da população urbana ocupava pequenos núcleos, sendo que apenas a cidade de São Paulo e a cidade-Estado do Rio de Janeiro possuíam mais de 1 milhão de habitantes.

Naquela época, os problemas de abastecimento não se afiguravam tão sérios quanto hoje, tendo-se em conta que praticamente 2/3 da população do País se auto-abasteciam. Os excedentes da produção de alimentos para o mercado interno eram suficientes para atender à demanda das cidades, sendo reduzida a expressão econômica desse tipo de produção agrícola.

A dinâmica da economia rural tradicional, os leitores bem sabem disso, fundamentou-se nas lavouras típicas de exportação, como o café, o açúcar de cana, o algodão e o fumo. A acumulação de capital propiciada por essa atividade criou as condições para a realização de importantes investimentos na economia urbana, a partir do final do século passado. As alterações econômicas causadas por duas grandes guerras mundiais aceleraram as transformações na economia do País, tendo se verificado alguns saltos, que caracterizaram o nosso processo de industrialização, a partir de 1950.

Após a segunda grande guerra, o capital internacional procurava oportuni-

dades de investimento. E o Brasil surgiu como uma boa alternativa, já que dispunha de energia e matérias-primas baratas, além de um grande contingente de mão-de-obra disponível. Em consequência desta industrialização, o crescimento urbano se acelerou; dos 64% da população total em 1950, os habitantes do meio rural passaram a representar 55% em 1960, 44% em 1970 e algo em torno de 38% no final da década passada, segundo estimativas do IBGE.

As transformações ocorridas no eixo Rio—São Paulo são ainda mais dramáticas. A população do estado de São Paulo cresceu duas vezes e meia, no período de 1950 a 1980, passando de pouco mais de 9 milhões de habitantes para um total de cerca de 24 milhões. Sua população urbana, no entanto, multiplicou-se por cinco, nesse mesmo período, saindo de 4,8 milhões de habitantes, em 1950, para 22 milhões no corrente ano, segundo ainda as projeções do IBGE. Na área do Rio de Janeiro, a soma de fluminenses e cariocas representava um contingente de 4,6 milhões de pessoas em 1950. Hoje, o novo Estado do Rio de Janeiro estima contar uma população quase três vezes maior, situada em torno de 12 milhões de habitantes, dos quais mais de 11 milhões estão nos centros urbanos.

A urbanização acelerada também pode ser medida pela evolução do número de municípios criados no País. De um total de 1.894 municípios em 1950, passamos a 3.974 municipalidades, até o ano passado. Em função desse quadro de transformação, o abastecimento do mercado interno nas últimas três décadas foi assumindo importância cada vez maior. Cada família que deixa zona rural, pára de produzir alimentos para sua subsistência, e vem demandá-los nos



centros urbanos, o que provoca profundas mudanças nas estruturas de produção do País.

A questão da produção de alimentos para o abastecimento urbano já significa hoje, assunto de alta relevância, em termos de bem-estar e segurança, exigindo sua inclusão dentro do rol de objetivos de política econômica, não comportando mais atitudes meramente contemplativas, comuns e pouco conseqüentes poucas décadas atrás.

Simultaneamente à necessidade de enfrentar essa problemática de produção de alimentos para o mercado interno, cumpre considerar também, não só as características atuais inerentes ao nosso modelo econômico, fortemente assentado na economia urbana, como também as repercussões que têm sobre esse modelo os sucessivos reajustes de preço dos combustíveis líquidos tradicionais nos anos mais recentes.

A posição de vulnerabilidade em que fomos atingidos pela crise energética pode ser melhor entendida na medida em que, assim como a maioria das nações, nosso desenvolvimento econômico, nas últimas décadas, apresentou como setor dinâmico a área industrial, dado o baixo custo representado pelo componente energético. Durante esse período, a agricultura desempenhou o importante papel, embora não tão dinâmico, de viabilizar a continuidade do processo de crescimento do setor urbano. A economia agrícola expandiu-se a uma taxa média pouco superior a 4% ao ano, contra uma expansão demográfica de quase 3% ao ano, enquanto que o conjunto da economia apresentou um ritmo de crescimento de cerca de 7,5% ao ano. Com estes parâmetros de crescimento, a participação do setor agrícola na formação do

Produto Interno se reduziu ao longo do tempo, estando hoje ao nível dos 13%.

Entretanto, embora não sendo o setor dinâmico da economia, a responsabilidade com que se viu acometida a agricultura brasileira foi crescente. Praticamente triplicou o número de pessoas nas cidades dependentes das pessoas que permaneceram nos campos, nos últimos 30 anos, e o setor rural ofereceu razoável resposta a essa situação: com exceção dos anos marcados por adversidades climáticas, não tivemos de recorrer persistentemente a importações significativas de alimentos básicos, à exceção do trigo. Nesse período, a agricultura contribuiu de forma decisiva para a pauta de exportações, representando os produtos de origem agrícola, ainda hoje, mais da metade de nossas exportações.

Em resumo, nestas últimas décadas, a agricultura foi um instrumento básico do desenvolvimento econômico acelerado, viabilizando o crescimento dos setores secundário e terciário da economia. Sustentou o crescimento urbano, provendo-o de alimentos e garantiu, preponderantemente, as importações de bens de capital, produtos intermediários e petróleo, cuja utilização foi necessária à expansão econômica. Hoje, o setor rural continua a desempenhar esse papel e se vê responsabilizado, ainda, pela produção de biomassa necessária à oferta de energia de fontes nacionais e renováveis.

Neste ponto, é importante assinalar a crescente consciência nacional para a incômoda situação vivida pelo País, colhido por uma seqüência de ajustes econômicos em escala mundial, decorrentes da crise energética, que implicam em mudanças nas características do modelo de desenvolvimento construído ao longo de várias décadas. De início, devemos tomar consciência de que o combustível



líquido mais escasso e, portanto, mais caro, altera, substancialmente, os preços relativos de muitos bens e serviços produzidos pelo setor urbano. Além disso, nossa dependência externa para suprimento desse combustível, gera pontos de estrangulamento sérios em nossa balança comercial. Esse quadro exige de toda a Nação um esforço direcionado para o desenvolvimento acelerado do setor de produção agropecuária, onde continuaremos a levar vantagens a médio e longo prazos.

Nos últimos 10 anos, os preços dos alimentos cresceram, em média, quase 20 vezes, enquanto os dos demais bens e serviços de consumo corrente evoluíram cerca de 13 vezes. Este encarecimento relativo dos alimentos, revelador de escassez persistente, não poderá durar muito mais, pois gera tensões sociais e políticas indesejáveis. Impõe-se como meta nacional, de início, a sustação desse processo e, num segundo momento, a tentativa de restauração do poder aquisitivo da população de renda mais baixa e a recuperação de padrões alimentares perdidos.

Dando início a um período de transformações econômicas estruturais, a política agrícola formulada pelo Governo do Presidente João Figueiredo se fundamenta, em linhas gerais, na contínua e acelerada incorporação de novas áreas ao processo produtivo e na persistente elevação da produtividade. No tempo, ela se explicita em termos de uma política de curto prazo, cujo objetivo principal é o equilíbrio do mercado interno de produtos básicos de alimentação e aumento significativo no saldo líquido de comércio exterior de produtos agropecuários.

Relembro que iniciamos a atual administração com as prateleiras vazias e

uma despesa de quase 1 bilhão de dólares na importação de grãos. Daí a definição clara de que a economia brasileira precisava e precisa de produção agrícola abundante. Daí a prioridade para o setor rural que, no ano passado, traduziu-se em um conjunto de medidas objetivas e harmônicas, entre as quais me permito destacar a desvinculação entre o valor de financiamento para o plantio e o preço mínimo, a vinculação do valor do financiamento de custeio com faixas de produtividade, a conta aberta no Banco do Brasil para o plantio, os preços mínimos estimulantes, a garantia de compra de qualquer volume de produção não absorvido pelo mercado, o seguro de 100% para o caso das frustrações de safra por problemas climáticos ou de pragas, além da possibilidade de o produtor ficar com uma parte da colheita, no caso de perda parcial, para o sustento de sua família.

O Governo procurou voltar seu apoio, principalmente, ao pequeno lavrador, responsável por 70% da produção dos alimentos consumidos por nosso povo. Procurou facilitar seu acesso ao banco, reduzindo a burocracia, notadamente nos financiamentos de custeio agrícola. Determinou ao Banco do Brasil que, nesses financiamentos, deixasse de exigir garantias reais até o valor de 2.000 MVR ou aproximadamente Cr\$ 5 milhões. Para chegar mais perto do pequeno produtor, determinou também ao Banco do Brasil que criasse, além de mais postos avançados, os pontos de recebimento de propostas de crédito, em número de 6.800, dos quais 1.400 já estão implantados, cobrindo os municípios mais longínquos do País, levando ao produtor marginal o conhecimento e a possibilidade do uso do crédito, do plantio tecnificado e as garan-



tias do Governo Federal à atividade agrícola.

O sistema bancário privado, de seu lado, foi induzido a elevar suas aplicações com o pequeno produtor, quando se determinou que os bancos particulares destinassem 25% de suas aplicações obrigatórias em crédito rural para o financiamento daquele segmento da produção. E ainda foi criada a categoria do mini-produtor, destinando-lhe 10% do montante fixado para apoio aos pequenos produtores. A ação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foi direcionada para concentrar seu apoio no pequeno produtor de alimentos.

A reversão das expectativas dos agricultores, conscientizando-os para a importância do crescimento da produção agrícola no País foi o primeiro passo, tendo sido um instrumento eficiente e eficaz, juntamente com as medidas de apoio tomadas, a julgar pelos resultados obtidos nesta primeira safra. Em números do Banco do Brasil, esse órgão, responsável por 80% do crédito rural do País, ampliou seu volume de recursos à agropecuária em 87%, no ano passado. A agricultura teve um aumento de 89% no crédito e a pecuária, que tantos disseram ter sido sacrificada, recebeu 78% a mais de financiamentos, que em 1978. Os empréstimos aos pequenos produtores, por outro lado, tiveram expressivo aumento. Em valor, os financiamentos a esse segmento da produção aumentaram em 154%, totalizando Cr\$ 61 bilhões e elevando sua participação no valor total dos empréstimos efetuados de 16,1%, em 1978, para 21,2%, em 1979.

Foram passos importantes, que produziram bons resultados. Contando com a ajuda do clima, conseguimos realizar a maior safra agrícola da história brasilei-

ra, situada em 53 milhões de toneladas de grãos. Para que os leitores tenham uma idéia do que ela está representando como início de um vigoroso processo de capitalização do setor rural e transferência de renda para o lavrador, basta observar que cinco produtos — arroz, feijão, milho, soja e algodão — canalizaram para o setor rural uma renda de Cr\$ 296 bilhões, nesta safra, contra apenas Cr\$ 135 bilhões, na safra anterior.

A política agrícola de médio e longo prazos mantém o objetivo de equilíbrio do mercado interno dos produtos de alimentação e sua tônica se volta para a obtenção de substanciais incrementos na exportação. Da agricultura se espera, a médio e longo prazos, que desempenhe o papel de assegurar a contínua elevação da receita cambial, no ritmo necessário ao crescimento econômico do País. Os instrumentos dessa política estarão voltados para a maciça incorporação de novas áreas e para a obtenção de expressivos ganhos de produtividade. Outros mecanismos vêm sendo acionados paralelamente àqueles já estabelecidos na safra que terminamos de colher.

A política fundiária será empregada para proporcionar melhor utilização das áreas potencialmente produtivas e atualmente sem produção, operando-se o Imposto Territorial Rural como meio de sua execução. Programas especiais de pesquisa, melhoramento e disseminação de sementes de variedades mais produtivas e mais resistentes vêm sendo implementados. Atenção especial vem sendo dispensada à utilização dos cerrados e das várzeas férteis, através da assistência e do apoio creditício para a aplicação das técnicas do seu aproveitamento econômico.

Todas estas metas impõem o compromisso de manter uma expansão na pro-



dução de alimentos básicos para abastecimento do mercado interno a taxas anuais médias superiores às do crescimento demográfico. Em função disso, fixamos como limite inferior a manutenção de um crescimento dessa produção agrícola em 4% ao ano, o que implicará na incorporação anual de 1,5 a 2 milhões de hectares ao processo produtivo, dependendo de como se consiga influir na velocidade de crescimento da produtividade da terra.

E, apesar dos esforços que vêm sendo redobrados, não se pode esperar ganhos espetaculares de produtividade, a curto prazo. O processo é naturalmente lento, notadamente em seu início. Não devemos perder de vista que os alimentos básicos de que tratamos são o feijão, o arroz, o milho, a mandioca e a batata, cujas características de produção não favorecem a rápida difusão de métodos de produção mais eficientes, com exceção provável do milho e da batata.

Mudando do mercado interno para o externo, temos as lavouras de exportação, representadas pelo café, soja, cacau, cana-de-açúcar, laranja, algodão, fumo, amendoim e mamona, que apresentaram um crescimento de área cultivada de quase 7% ao ano, em média, na última década. A simples manutenção desta taxa histórica implica uma incorporação anual de área da ordem de 2 milhões de hectares.

No entanto, sabemos que a manutenção da taxa histórica de crescimento destes produtos de exportação provavelmente não será suficiente para se atingir os objetivos desejados. Assim, pode-se estabelecer metas mais ambiciosas, compatíveis com as necessidades da balança comercial do País. Neste caso, um crescimento de 9% ao ano, por exemplo, demandaria mais 500 mil hectares, além

dos 2 milhões já mencionados. Ainda aqui, o caminho da produtividade em elevação é importante, mas convém não esquecer que, em algumas culturas, os ganhos possíveis de obter são modestos, dado o patamar em que a produtividade de boa parte dessas lavouras já se encontra, atualmente.

Finalmente, cumpre considerar o projeto energético, que se traduz na aceleração do PROÁLCOOL, buscando atingir 10,7 bilhões de litros em 1985, para uma avaliação integral das perspectivas e necessidades do setor rural brasileiro. A área necessária para a implantação dessa capacidade de produção de álcool, a partir de 1985, representa uma incorporação de 3,5 milhões de hectares à lavoura de cana, nesse período, equivalendo a um incremento médio anual de quase 600 mil hectares.

O conjunto desses objetivos resulta na necessidade de o País incorporar em torno de 4,5 milhões de hectares por ano a sua área cultivada, ou seja, expansão firme e sustentada de cerca de 10% ao ano em média. Por hipótese, imaginemos que possamos obter melhores resultados em ganhos de produtividade, ou que as relações de troca venham a beneficiar nossos produtos de exportação, ou que o consumo de combustíveis derivados de petróleo cresça menos, exigindo menor área de cana destinada à produção de álcool. Ainda assim, a taxa de expansão da área cultivada não poderia cair a níveis inferiores a 7% ao ano.

Mas, não devemos nos iludir, mesmo nesta hipótese otimista, o esforço para atingirmos essa taxa de crescimento deverá ser enorme. Basta atentar para o fato de que essa taxa anual, nos últimos 10 anos, foi de apenas 3,5%. Em termos de recursos financeiros, essa expansão significa a necessidade de alocação de al-



go em torno de Cr\$ 80 bilhões por ano, para investimentos diretos na formação de lavouras, outro tanto na implantação e ampliação de infra-estrutura viária e de armazenagem, sendo que o cômputo de investimentos em assistência médico-hospitalar e educação, terminaria levando esses valores para números próximos de Cr\$ 200 bilhões anuais. E aqui não estão incluídos os investimentos adicionais na agroindústria e na indústria de insumos agrícolas, que deverão ocorrer para acompanhar esse ritmo de expansão de forma coordenada.

Fixado esse quadro, torna-se evidente que nosso modelo de crescimento sofrerá algumas mudanças estruturais. O maior dinamismo do setor rural, por outro lado, também tenderá a reestruturar em termos espaciais a distribuição geográfica da geração de renda e o próprio sentido do processo de ocupação geográfica. Vazios econômicos e demográficos, existentes até há pouco, tenderão a desaparecer, cedendo lugar não a pujantes pólos industriais, mas a produtivas paisagens rurais. A atividade industrial, por sua natureza, é concentrada no espaço, polariza grandes massas humanas e aglutina novas indústrias. A atividade agrícola se espalha em vastidões territoriais, distribui população e sua expansão pressiona sempre por mais área. Devemos presenciar mudanças significativas em nossas características nacionais, em virtude dos ajustes pelos quais o mundo passa e que nos impõem a revisão do modelo de crescimento.

Alguns estrangulamentos são previsíveis, mas superáveis com o tempo. É importante destacar a questão da distribuição da poupança nacional. A parcela da poupança sobre a qual o Governo exerce controle direto poderá se ajustar às novas situações de modo mais adequado

se houver coerência na política econômica, o que é de se esperar que haja. Entretanto, a poupança sob controle do setor privado corre o risco de se demorar no ajuste. O crescimento industrial acelerado teve como alimentador importante o reinvestimento do lucro no próprio setor. As mudanças de ritmo que certamente ocorrerão no crescimento do setor industrial poderão gerar poupanças que terão de ser direcionadas para áreas completamente diferentes. Na eventual demora de reorientação da poupança poderá residir um ponto de estrangulamento a ser considerado.

Convém chamar a atenção, ainda, para outro aspecto de grande importância, em termos de possível ponto de estrangulamento: corremos o risco de enfrentar uma deterioração das relações de trocas externas, uma vez que em nossa balança comercial, o petróleo representa item de enorme peso. Se durante períodos mais longos os preços dos produtos de exportação não acompanharem os preços do petróleo, seremos forçados a aumentar nossa taxa de poupança interna, para manter o equilíbrio necessário ao nosso crescimento.

Face a uma inflação que ameaçava escapar ao controle público, as autoridades monetárias do País não tiveram outra alternativa senão atacar com coragem e audácia algumas de suas causas básicas. Assim, decidiu-se eliminar um conjunto de preços subsidiados que minavam a economia nacional. Preferiu o Governo que os preços passassem a ser determinados diretamente pelo mecanismo de mercado, dentro de um salutar processo de ajuste da economia a uma nova realidade de custos, transferindo para o consumidor a decisão última de suas compras, dentro de suas reais possibilidades de ganho.



Isso como regra geral, pois ainda assim o Governo não se furtou a conter manobras especulativas, artificiais, intervindo no mercado quando necessário, haja vista os exemplos do arroz e do feijão preto. O setor rural não ficou fora desses ajustes, como se vê. Mas, se era compreensível a preocupação manifestada por algumas lideranças rurais quanto à permanência da prioridade ao desenvolvimento rural, durante os primeiros meses de 1980, hoje já não há lugar para esse tipo de dúvida. Os ajustes verificados nos setores industriais e de serviços foram mais drásticos e comprovam a manutenção da prioridade agrícola.

Coerente com o objetivo de assentar na produção agropecuária boa parte do futuro desenvolvimento do País, o Governo tomou a decisão de reduzir os subsídios existentes nos créditos ao setor como forma de diluir um ponto de estrangulamento para a futura expansão da atividade, a longo prazo, ao mesmo tempo em que opera no combate à inflação, em termos de curto prazo. Quanto maior o nível de subsídios, tanto maior o nível das distorções introduzidas no setor produtivo. Em função disso, optou-se por oferecer ao produtor a vantagem do preço do produto, ao invés da vantagem de elevado subsídio às taxas de juros. O preço se exerce sobre a produção efetivamente realizada, enquanto o subsídio era aplicado sobre as intenções de plantio.

Uma vez que as taxas de juros do crédito rural, no passado, estiveram em níveis mais próximos da taxa inflacionária, a redução de seu subsídio assegurou a continuidade de um bom fluxo de recursos ao financiamento do próprio setor, além de colaborar na diluição de

um foco inflacionário. Em 1978, do saldo médio de aplicações em crédito rural, o subsídio aos juros representou 25% do total. Em 1979, esse percentual subiu para próximo de 30% dos créditos concedidos ao setor. E, neste ano, considerando-se um volume de aplicações em crédito rural da ordem de Cr\$ 700 bilhões, teríamos um desembolso de Cr\$ 250 bilhões em subsídios aos juros do crédito rural.

O ajuste nas taxas de juros evitou uma situação que custou ao País Cr\$ 166 bilhões em subsídios, nos anos de 1978 e 1979. As distorções provocadas por recursos levantados a 15%, quando o mercado tinha custos de 60 a 70%, são fáceis de localizar. O crédito rural passou a ser privilégio de quem tinha mais força de pressão para obtê-lo e o pequeno produtor passou a ficar mais distante do banco. Os ganhos passaram a ser reinvestidos na atividade e qualquer recurso obtido, e não aplicado imediatamente, era canalizado para investimentos de prazo e renda elevada.

Essa estrutura de subsídios era incompatível com o novo papel idealizado pelo Governo do Presidente João Figueiredo para o setor agropecuário, como fator de segurança nacional e instrumento para a promoção do bem-estar de amplas camadas da população brasileira.

Finalmente, resta considerar, ainda, que o crescimento contínuo da atividade agrícola é o único caminho disponível, não só capaz de atingir os três objetivos — alimentação garantida, equilíbrio no comércio exterior e contribuição importante no equacionamento energético — sem gerar maiores contradições econômicas para o País, como também de provocar efeitos indiretos altamente salutares na economia nacional. De um lado, ao proporcionar uma oferta



mais abundante de produtos, dará contribuição importante à redução do ritmo inflacionário, na medida em que reduz a escassez relativa da disponibilidade de alimentos. De outro, é auxiliar importante na manutenção da taxa de emprego urbano, na medida em que, a atividade industrial passará a ter cada vez mais seu ritmo limitado pelas possibilidades do balanço comercial.

Agora, gostaria de apresentar uma rápida visão dos instrumentos com que o Governo Federal conta para implementar essa prioridade ao desenvolvimento rural, representados pelos órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, com dados que ilustram o desempenho no primeiro ano de Governo. Ao todo, são 11 unidades.

As ações voltadas para a política fundiária estão a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA. Uma das metas fixadas nesta área é atingirmos a distribuição de 100 mil títulos de propriedade anualmente, já a partir de 1981, mais que triplicando a média registrada pelo órgão até hoje. O desenvolvimento de projetos de colonização para assentamento de colonos é outra ação que vem merecendo atenção prioritária do Governo, principalmente no que diz respeito ao engajamento de capitais privados nacionais nesse processo. Atualmente, o INCRA opera nas áreas de tensão social realizando desapropriações por interesse social, em articulação estreita com o Grupo Executivo do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo-Amazonas (GEBAM). Foi possível serem obtidos números bastante expressivos, sobre a ação do INCRA, no primeiro ano do Governo Figueiredo.

Para apoiar a produção agropecuária, o Ministério conta com a Comissão de Financiamento da Produção (CEP), que opera a política de garantia de preços mínimos do Governo Federal, utilizando como agentes financeiros os bancos públicos e privados do sistema nacional de crédito rural. As ações da CEP são de grande expressão junto às fronteiras agrícolas, fazendo concorrência aos intermediários que tentam comprar a produção dos lavradores abaixo do preço mínimo garantido pelo Governo, também por ocasião das grandes safras, quando os preços de mercado recuam para próximo dos níveis de garantia oficiais. Nesta safra, podemos assegurar essa presença efetiva, transformando em realidade as promessas que nunca haviam passado do papel.

As pesquisas e o desenvolvimento de insumos e técnicas que permitam elevar a produtividade da atividade agropecuária estão a cargo da EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Foi possível de ser atingido regular resultado do seu trabalho, hoje voltado prioritariamente para a pesquisa de melhores sementes, notadamente nas lavouras de alimentos básicos, novas técnicas que permitam um manejo mais eficiente e econômico de adubos e defensivos químicos, além do desenvolvimento de sementes e culturas adaptadas ao solo dos cerrados.

Em estreita articulação com a EMBRAPA, por outro lado, opera a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER, cabeça do sistema nacional de assistência técnica e extensão rural — SIBRATER, integrado pelas empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural — EMATER. Seus técnicos disseminam os conhecimentos gerados pelos pesquisa-



dores da EMBRAPA. E, atualmente, concentram seu trabalho no apoio aos pequenos produtores, além de estimularem o aproveitamento racional de várzeas irrigáveis e adubos orgânicos. A EMBRATER também está intensificando a assistência técnica aos pequenos proprietários interessados em elevar sua capacidade de produção e produtividade por meio da utilização da tração animal. No apoio às atividades agropecuárias desenvolvidas por cooperativas aparece o Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC. Sem condições de competir com grandes organizações bancárias, este banco vem saindo de uma fase de modestas realizações, graças a medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional para ampliar suas fontes de recursos, além da tomada de empréstimos externos.

De outro lado da produção, empenhada em contribuir para a melhoria do setor de distribuição de alimentos, em benefício do consumidor, trabalha a Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL. Operando com mercados volantes, supermercados flutuantes na Amazônia, barracas em feiras, instalações próprias e com uma rede de quase 5 mil varejistas privados, distribuídos pelas periferias das grandes cidades do País, a COBAL procura concentrar seu trabalho no atendimento às populações de baixa renda, além de participar da comercialização de produtos hortigranjeiros com o objetivo de permitir uma relativa estabilização de preços, a partir da concorrência feita aos intermediários que especulam.

A empresa do Ministério da Agricultura que tem a responsabilidade de armazenagem das grandes safras que o País deverá colher de agora em diante é a CIBRAZEM — Companhia Brasileira

de Armazenamento. Ela montou uma central para acompanhamento da colheita em todo o País, dedicando especial atenção aos trabalhos desenvolvidos nas zonas de fronteira agrícola, a fim de prevenir ao máximo as perdas de produção pós-colheita. Em 1980, inclusive, investiu mais de Cr\$ 400 milhões apenas com a distribuição de armazéns de emergência, em diversos estados.

Para cuidar do fomento à atividade pesqueira, o Ministério conta com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE. O setor vem de receber a liberação das primeiras parcelas de grandes empréstimos externos, com que o Governo espera elevar substancialmente a oferta de pescado à população, como alternativa de proteína animal em relação à carne bovina.

O acompanhamento e apoio à atividade florestal no Brasil, por outro lado, está a cargo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, órgão que também está profundamente envolvido na implantação e desenvolvimento do projeto da COALBRA — Coque e Alcool da Madeira S/A — iniciativa que pretende contribuir para a esperada auto-suficiência nacional no setor energético, produzindo etanol a partir da madeira e alguns subprodutos importantes, como o coque vegetal e proteínas para alimentação animal.

Especialmente para apoiar uma lavoura de grande expressão econômica como é o caso do cacau, o Ministério da Agricultura conta com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC, entidade mantida com contribuições de plantadores e exportadores do produto.

Finalmente, o Ministério da Agricultura opera o Instituto Nacional de Meteorologia — INEMET, que vem am-



pliando suas atividades específicas no campo da informação meteorológica aos produtores rurais, a fim de ajudar o setor a prevenir prejuízos principalmente com chuvas e geadas. Para isso já instituiu um serviço chamado "Sinal de Alerta", pelo qual procura avisar às regiões produtoras ameaçadas de chuvas ou geadas, com antecedência de pelo menos 48 horas.

A coordenação dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura cabe às Secretarias Nacionais de Produção e Abastecimento que, juntamente com a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, assessoram diretamente ao Gabinete na formulação e implementação dos diversos programas de ação. Com o objetivo de dinamizar a atuação de toda a estrutura do Ministério, por outro lado, criei as figuras dos Gerentes de Produtos e Gerentes de Projetos. Esses assessores do Gabinete centralizam informações sobre o desenvolvimento de projetos prioritários, de um lado, e acompanham a implementação de políticas destinadas a estimular a produção de lavouras específicas, como por exemplo o conjunto dos alimentos básicos.

Estes, em suma, é um quadro abrangente, onde procuramos dar uma visão

do setor agropecuário, no atual momento brasileiro. Nossa atuação se volta para a definição das medidas de curto e médio prazos, com que possamos caminhar para a concretização dos objetivos fixados pelo Presidente João Figueiredo. Para atingi-los, tomaram-se medidas no âmbito da política de preços mínimos, de crédito rural, de pesquisa, assistência técnica, política fundiária, de abastecimento, e armazenagem, todas voltadas para o apoio ao produtor rural, homem que passou a ser encarado como o elemento chave da economia nacional, na busca de uma posição mundial como grande produtor de alimentos para nosso País.

Ao encerrar esta minha exposição sobre a importância e o papel da agropecuária no contexto da economia brasileira, gostaria de destacar minha satisfação de estar hoje na Escola Superior de Guerra e, ao mesmo tempo, convidar aos participantes deste curso, parcela significativa da elite pensante de nosso País, a se engajarem na difusão da consciência que todo cidadão brasileiro deve ter, a respeito do papel estratégico que desempenha a agricultura no processo de construção de uma sociedade mais rica, mais justa e politicamente aberta.